

# Cabeças Viradas

O Brasil começa 1994 com esperanças. Voltou a crescer e a criar empregos em 1993; obteve um dos maiores saldos comerciais do mundo e se inscreveu entre os 10 países com maior reserva cambial. Para reforçar o otimismo, o governo baixou no final do ano medida provisória que assegura o aumento de impostos e, através de duro ajuste fiscal, o primeiro equilíbrio orçamentário em muitos anos.

Tudo seria motivo de confiança se o Brasil não tivesse registrado em 93 inflação de 2.567,46%, taxa só inferior à das nações em guerra da antiga Iugoslávia, do Zaire e de Angola, ambos dominados por guerras tribais. Mas as experiências das antigas repúblicas soviéticas, que estão vencendo a inflação depois de substituírem o planejamento central pela economia de mercado, são exemplos encorajadores.

O drama brasileiro é que a correção monetária — instrumento criado há 30 anos pelo governo para recuperar o crédito público, assegurar o equilíbrio orçamentário e estimular a poupança a médio e longo prazos — acabou indexando as cabeças brasileiras ao passado inflacionário e transformou-se no principal realimentador da alta dos preços. Ao contrário das nações mais inflacionárias do mundo, os conflitos que surgem nas cidades e no campo ainda estão longe de situar o Brasil em estado de guerra. Mas servem de grave advertência ao que pode vir.

Os 30 anos de experiência de indexação plena — recusada pelos demais 206 países — deveriam ter ensinado os brasileiros de que os males superam os benefícios. Criador da correção monetária, o professor Octávio Gouvêa de Bulhões morreu renegando a criatura e clamando por um ajuste fiscal para livrar o Brasil da inflação e da indexação.

Os males da indexação não se limitam ao realimentar incessante dos preços — sempre remarcados pela inflação passada e mais alguma coisa, na conta do que virá pela frente. A inflação ganhou tal velocidade com a indexação que os brasileiros perderam a noção dos valores monetários, políticos, administrativos, morais e éticos.

A sociedade brasileira passou a viver numa corrida louca entre os vários preços — que perderam a relação entre si — e destes com os salários e os diversos rendimentos indexados às várias fórmulas que medem a inflação passada. As administrações, as empresas e os cidadãos que não conseguem indexar seus orçamentos

estão condenados a serem destruídos pela inflação. Isso criou um perigoso fosso social entre a minoria indexada e a imensa maioria, que é arrasada pelo fogo da inflação.

Como ensinava mestre Bulhões, não basta desindexar a economia para debelar a inflação. É preciso, antes, um persistente equilíbrio orçamentário, que o ministro Fernando Henrique Cardoso está perseguindo e para o qual espera a colaboração do Congresso — aprovando sua proposta de ajuste fiscal — e de governadores e prefeitos na austeridade.

Mas o Brasil necessita também desindexar as cabeças que, a exemplo dos dependentes de cocaína, ficaram *viciadas* na indexação. A reação dos nichos da burocracia aos cortes de gastos tem muito a ver com a indexação automática. Embora a cada ano a maioria dos brasileiros vá sendo forçada a apertar um furo do cinto, os privilegiados funcionários da administração pública — garantidos contra a demissão pela estabilidade — e os fartamente remunerados empregados das estatais continuam se julgando acima da maioria da nação. Querem ficar imunes a cortes de gastos; recorrem a greves que prejudicam o atendimento dos serviços do Estado ao cidadão para reivindicar generosos aumentos reais de salários porque não correm riscos de demissão; pelo mesmo motivo, vão buscar, com apoio do Judiciário (também *indexado* à legislação de um Brasil inflacionário), gordas reposições que aumentam a fatia dos salários nas despesas do Estado e acabam pesando ainda mais no bolso do contribuinte e do setor privado.

O Brasil dispõe de pouco tempo para decidir se pretende enfrentar com a participação de toda a sociedade a dura, mas gratificante, batalha do ajuste fiscal. O Congresso tem até o fim do mês para engajar-se na luta, aprovando o plano do ministro Fernando Henrique Cardoso, que adota a indexação *inteligente* da URV, para depois desintoxicar o organismo econômico e social; ou jogar o país no caos e na incerteza.

Se o Congresso corresponder ao anseio da maioria que sofre com a inflação causada pelo descontrole estrutural das finanças públicas, deve prosseguir com a mesma coragem na urgente tarefa de reformar o Estado na revisão constitucional, desenhando um novo país e transformando órgãos da administração pública e empresas estatais, de entidades corporativas que só querem aumentar suas vantagens, em instituições realmente a serviço do povo.